

SESSÕES DO PLENÁRIO

40ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 15 de maio de 2024.

**PRESIDENTE: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES
(PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE)**

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Pedro Tavares, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Robinson Almeida, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (49) A Deputada Ivana Bastos e o Deputado Penalva encontram-se licenciados.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 36ª, 37ª e 38ª, realizadas, respectivamente, em 7, 8 e 13 de maio de 2024.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

Pequeno Expediente. (Oradores inscritos)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Euclides Fernandes pelo tempo de 5 minutos, no Pequeno Expediente.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu tive a oportunidade de ver, pela imprensa, uma entrevista, no *Correio da Bahia* de segunda-feira, da liderança da oposição no estado da Bahia. O ex-prefeito de

Salvador foi, por duas vezes, deputado federal. Ele foi, realmente, derrotado nas eleições 2022. Ele achava, naquele momento eleitoral de 2022, durante todo o processo eleitoral, que as eleições estavam ganhas, que seria ele o eleito ao governo do estado. Contudo, a decisão do povo baiano foi outra, pois o povo elegeu Jerônimo Rodrigues ao Governo do Estado da Bahia.

Mas o adversário, o ex-prefeito de Salvador e ex-deputado federal, não superou o impacto daquela expectativa criada no momento eleitoral, em 2022, de ter perdido a eleição que achava, na sua expectativa, que seria eleito ao governo do estado.

Agora, depois de apenas 1 ano e 4 meses de gestão do governador Jerônimo Rodrigues, ele passou a fazer críticas totalmente fora de contexto, críticas sem nenhum sentido, críticas que não fazem sentido dentro da realidade dos fatos no presente momento.

Jerônimo Rodrigues só tem, apenas, 1 ano e 4 meses de gestão. Ele, ACM Neto, chegou ao ponto de fazer comparação, na entrevista, exatamente, nas áreas de gestão política e gestão administrativa, com as gestões dos ex-governadores Rui Costa e Jaques Wagner, que foram 8 anos cada um, enquanto Jerônimo está iniciando a sua gestão, com apenas 1 ano e 4 meses.

Totalmente descabida a colocação do líder político da união do grupo de oposição no estado da Bahia, procurando atingir a imagem de S. Ex.^a, o governador Jerônimo Rodrigues, com colocações totalmente fora do contexto e fora da realidade.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu li a entrevista, que foi repetida pela imprensa de blogs etc. E a entrevista é totalmente contrária às colocações feitas, procurando, realmente, demonstrar uma oposição fora e dentro do contexto, que não se conteve ainda pela perspectiva de ter achado que iria ganhar as eleições. Como ele perdeu as eleições, está partindo, agora, com essas críticas pesadas e, verdadeiramente, sem sentido.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria, também, de colocar a situação precária em que se encontra o Poder Judiciário na Comarca de Jequié. Lá, existem 12 varas e apenas dois juízes titulares. Quanto aos demais, são juízes substitutos. Há, portanto, um acúmulo de processos na Comarca de Jequié, dentro da Justiça estadual e, também, na área da Justiça federal. Lá, só existe um juiz federal, com a acumulação de processos que atendem, não só ao município de Jequié, mas a todos os processos dos municípios circunvizinhos, no que diz respeito às controvérsias e aos litígios no âmbito da Justiça federal.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos, também, a colocar essa realidade no que diz respeito à Justiça, na Comarca de Jequié, tanto em nível da Justiça estadual como também da Justiça federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Euclides Fernandes.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo a ordem de inscrições, concedo a palavra ao deputado Matheus Ferreira. (Pausa)

Concedo a palavra ao deputado Pedro Tavares. (Pausa)

Eu pulo logo e passo a palavra ao deputado Hilton Coelho por 5 minutos, no Pequeno Expediente, para adiantarmos os nossos trabalhos. Por favor, Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: O.k. Obrigado, presidente.

Boa tarde a todos e todas.

Sr. Presidente, eu quero, primeiro, relatar que, hoje pela manhã, participei da mobilização dos trabalhadores e das trabalhadoras da saúde, que fizeram um grande ato em frente ao Shopping da Bahia e, depois, saíram em caminhada na região, demonstrando o resultado da vitória que aconteceu, ontem, neste Plenário. Eu falo de vitória porque o debate era sobre o reajuste dos servidores e servidoras.

No entanto, nós sabemos da insatisfação do conjunto das categorias com esse percentual, deputado Alan, oferecido pelo governo. Nós não podemos aceitar esta miragem de 4% de aumento salarial. Por que a gente está chamando de miragem de 4%? Porque serão, agora, 2% de aumento, retroativos, e mais 2% de aumento em setembro, mas sem retroatividade. O Dieese já fez o cálculo e mostrou que o impacto real é de 2,6%.

Então, a gente tem de chamar de miragem de 4%. É uma miragem o índice de 4% de aumento salarial que vem como uma resposta do governo à reivindicação dos segmentos do serviço público, pois já há uma perda em torno de 50%, fato constatado pelo Dieese.

Volto a dizer que o Dieese indicou, para esses sindicatos, que a recomposição, com base na leitura do Orçamento do governo, nas possibilidades dos limites e potenciais do governo, do ponto de vista orçamentário, deveria iniciar com 10%.

Nós queremos a recomposição das perdas salariais dos servidores públicos. Aliás, quero, inclusive, marcar que essas perdas não são as perdas integrais dos servidores públicos. Esse é o cálculo feito também pelo Dieese, como eu sempre digo, respeitado pelos sindicatos e respeitado pelo governo também. São perdas que vêm de 2015 para cá. Não é a totalidade das perdas. São as perdas de 2015 para cá que, computadas pelo Dieese, somam um total de 54% de perdas, ou seja, mais de 50%. Então, é a essa situação que o governo pretende responder com a proposta de 2,6%.

E o movimento, então, adota a posição, também, indicada pelo Dieese, que a mesa de negociação deve ter, como referência, 10% para o início da recomposição e para mudança da chave.

Em função disso e em função desse processo, os trabalhadores e as trabalhadoras da saúde estiveram hoje, pela manhã, em uma grande mobilização, uma mobilização cheia de energia e de expectativa de que esse posicionamento dos deputados e deputadas, ocorrido ontem, aqui, de inviabilizar a aprovação da urgência desse projeto, significa uma reabertura respeitosa da mesa de negociação.

Não existe outra expectativa, deputado Alan, que não seja esta, a de que o governo reabra a mesa de negociação e discuta, com os servidores, segundo a base de referência do Dieese, certo?

E para não deixar que se caia no esquecimento, nós estamos no mês da Defensoria Pública. No dia 19 de maio, nós temos o Dia Nacional da Defensoria Pública, em que nós comemoramos esta semana, agora, com uma audiência pública.

E maio de 2024 é um mês que está correndo sobre, ao mesmo tempo, a aflição e a esperança dos defensores e defensoras públicas de que o PLC nº 154/2023 volte à pauta. Como disse o líder do Governo, desta tribuna, aqui, olhando nos meus olhos, pois estava na direção dele, o projeto vai ser retomado e voltará à pauta em maio.

Vamos resolver juntos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) com o conjunto do serviço público. Ou seja, nós precisamos voltar a fazer todas as negociações com os servidores públicos em geral, abrangendo as áreas de saúde, educação e segurança pública, ou seja, esse conjunto todo que tem expectativa de uma negociação respeitosa.

Ao mesmo tempo, dar uma demonstração de respeito, também, à nossa Defensoria Pública do Estado da Bahia retomando a pauta do PLC nº 154/2023. E tal qual se comprometeu...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mais uma vez – só para concluir, Sr. Presidente – o líder da Maioria desta Casa aprovando esse PLC.

Bem, nada menos do que isso para que nós fechemos o mês de maio com a ideia de que nós viramos a chave do ponto de vista da necessidade de resposta ao serviço público e da valorização do conjunto de servidores e servidoras públicas para que a gente consiga responder às demandas do povo baiano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Hilton Coelho.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Convido o nobre deputado Raimundinho da JR para ocupar a tribuna, pelo tempo de até 5 minutos, no Pequeno Expediente.

O Sr. RAIMUNDINHO DA JR: Boa tarde, Sr. Presidente, nobres colegas.

Venho, mais uma vez, Sr. Presidente. Quero até parabenizar o meu colega e deputado Robinson Almeida. Essa pessoa teve a iniciativa de convocar, mais uma vez, a diretoria da Neoenergia para que viesse se explicar. Ontem, nós tivemos um embate a respeito da apresentação da Neoenergia. Eu gostaria que tudo aquilo que eu ouvi ontem fosse verdade. Mais uma vez, eu vejo que o povo baiano está sendo

enganado. Eu não tenho dúvida de que, durante 27 anos, como a concessionária que fornece a distribuição de energia para o nosso estado, se deixou ser a campeã em reclamação no estado da Bahia.

Então, meu caro amigo e deputado Euclides, eu tenho certeza de que o município de Jequié não será diferente de outra cidade no nosso estado. A Coelba é campeã em reclamação, é a que mais presta o serviço de péssima qualidade. Então eu venho, mais uma vez, reclamar do mau atendimento da Coelba.

Ontem, por acaso, vindo para esta Casa, eu encontrei uns fios pegando fogo, um fio de alta tensão. E a gente já tinha falado diversas vezes com as pessoas que ali executam o trabalho da Coelba. Nem as árvores eles têm condições de podar, porque nem a prefeitura nem o governo do estado têm obrigação, porque se precisa de pessoas competentes que tenham os equipamentos que possam subir no poste e desligar a energia com responsabilidade. Ontem, eu presenciei, vindo para esta Casa, o desrespeito que a Coelba vem sempre tendo com a gente.

E para não deixar só a Coelba nessa conta, falo, também, da Viabahia. Quero parabenizar o meu amigo e colega Eduardo Salles, pois nos representou em Brasília sobre o movimento da Viabahia.

E a gente fica pasmo ao ver as situações em que estão essas prestadoras de serviços alocadas no estado da Bahia, vez que elas só sugam os consumidores. E a gente não aguenta mais, deputado Alan, a falta de respeito com o nosso contribuinte. Quanto à Viabahia, eu acho que a gente já está cansado de bater nesta tribuna. A gente precisa ter um olhar diferenciado não só em relação à Viabahia.

Nesta manhã, amanhecemos com mais um reajuste. Na calada, eles fazem um aumento das praças de pedágio da Bahia Norte e da CLN, que fez a fusão. A gente precisa convocar essa nova concessionária, que eu não sei se já assumiu, mas estão deixando a desejar.

Eu quero falar da cidade onde eu moro, a cidade de Dias d'Ávila, pois, até hoje, a gente só tem o direito de pagar. A gente está vendo, lá, animal solto na pista. Os acidentes estão, constantemente, acontecendo naquela estrada. E quanto à cidade de Dias d'Ávila, nós temos feira livre. Na cidade de Dias d'Ávila, nós não temos o mínimo de respeito com a concessionária que hoje explora a nossa Bahia.

Então quero chamar a atenção desta Casa para a Bahia Norte e a CLN. Precisamos, também, chamar, mais uma vez, para dizer qual é o cronograma de investimento para as rodovias, principalmente a BA-093, onde ela corta diversos municípios e nada fez até hoje.

E a gente fica pasmo ao ver a falta de respeito e a falta de transparência. A Bahia Norte, por sua vez, corta a BA-093 de ponta a ponta.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Lá, não foi feito nada. Até quando a gente vai conseguir ficar convivendo com esse câncer que vem se instalando na Bahia e que só vem sugar o direito do nosso contribuinte? A gente só tem o direito de pagar? Cadê a resposta?

Então, esta Casa jamais pode se calar!

Eu, como morador da cidade de Dias d'Ávila, continuarei...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) lutando até o último dia em que estiver nesta Casa. Mas vou lutar por dias melhores para o povo baiano ser respeitado como contribuinte.

Um abraço a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Robinson Almeida, pelo tempo 5 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, profissionais de imprensa, membros das galerias que acompanham a nossa sessão na tarde desta quarta-feira, quero começar parabenizando o povo de Capim Grosso que, no último dia 9 de maio, comemorou 39 anos de emancipação política do município.

Estive presente e fui saudado, presidente Zé Raimundo, por uma belíssima feira literária, a Flicg (*Feira Literária de Capim Grosso 2024*). Realmente, foi um evento de tirar o chapéu. A praça municipal estava repleta de conteúdos artísticos e culturais, um envolvimento de toda a área de educação de todas as séries, com artistas nacionais renomados como Maria Gadú, Geraldo Azevedo, dentre outros. Havia expressões da nossa literatura e dramaturgia presentes também e várias oficinas. A cidade estava fervilhando cultura. Houve um evento que envolveu todo o território da Bacia do Jacuípe. Foi o 2º ano e um sucesso total.

Encontrei lá um pintor renomado, filho de Capim Grosso, Eduardo Lima, que tem seus trabalhos expostos no Brasil e no mundo. O povo de Capim Grosso está de parabéns. Que essa feira literária tenha uma vida longa! Independentemente de quem seja o prefeito, que seja definida como um patrimônio da cidade e que se realize todo ano como parte do crescimento cultural, educacional e também da saúde mental do município, porque esse é o papel da literatura, da poesia, da cultura: melhorar as cabeças dos seres humanos, criar um ambiente sociável mais agradável e seguro. Parabéns ao povo de Capim Grosso!

Eu também quero registrar, Sr. Presidente, que, na última segunda-feira, nós fizemos uma audiência pública para discutir a política de habitação em Salvador. Pasmem, Salvador tem uma deficiência de mais de 100 mil unidades habitacionais. A Prefeitura Municipal de Salvador não tem nenhum programa de habitação de interesse social, tem um programa de melhorias habitacionais, mas, efetivamente, no Brasil, quem fez política de habitação de grande monta, em escala, foi o presidente Lula e a presidenta Dilma, com o Programa Minha Casa, Minha Vida, descontinuado pelo ex-presidente da República – o inelegível – e agora retomado com força pelo presidente Lula.

O Programa Minha Casa, Minha Vida tem milhares de unidades destinadas à Bahia e a Salvador para atender essa deficiência habitacional e a prefeitura devia, pelo menos, fazer a sua parte. Vende tantos terrenos públicos para a iniciativa do capital imobiliário construir espigões e prédios na cidade, para construir

equipamentos que não são de interesse público e, sim, de interesse comercial. Por que a prefeitura não desapropria áreas a fim de que as entidades possam construir as unidades de habitação de interesse social no Minha Casa, Minha Vida?

O povo precisa morar melhor em Salvador e é necessário a formulação de uma política habitacional. A prefeitura não pode ficar de braços cruzados esperando apenas o governo do estado e o governo federal formularem e implantarem a política de habitação no município.

Sr. Presidente, eu também tenho de registrar que, ontem, em audiência pública nesta Casa, de autoria do nosso mandato, a Neoenergia esteve presente e apresentou um plano de investimento de R\$ 13,3 bilhões. É consenso entre todos nós, deputados presentes, que esse investimento chegou muito tarde e é difícil de ser executado, pois faltam apenas 3 anos para acabar a concessão. É muito improvável que um volume dessa monta consiga chegar na ponta com a construção de novas subestações, ampliação das existentes, linha de transmissão, subsistemas da Coelba, pois a gente não tem nem capacidade industrial para fornecer esses equipamentos. Infelizmente, a Coelba, por ausência de fiscalização da Aneel, deixou a Bahia em insegurança energética e o plano de investimentos anunciado não vai trazer tranquilidade, porque ele não tem como ser executado a curto prazo. A população já sofre com a má prestação desse serviço e a Coelba é a campeã de queixa do Procon.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, Robinson.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre deputado Samuel Junior. (Pausa)

O Sr. Samuel Junior (fora do microfone): Não, é Alan.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Antes de Samuel Junior, ao líder Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, deputados, deputadas e todos que estão nos acompanhando, na verdade, eu quero até agradecer ao deputado Rosemberg, porque, ontem, através daquele acordo, deputado Samuel Junior, nós conseguimos retirar da pauta o projeto do reajuste de 2% do vencimento dos servidores.

Eu preciso, mais uma vez, explicar o porquê são 2%, 2% agora em maio e 2% em setembro, que não serão mais 2%, porque a inflação durante esses meses também vai começar a consumir esse reajuste. Então, na verdade, o que o governo faz é apenas dar 2%. Em setembro, ele pode dizer que deu o restante. Mas, com isso, ao conseguirmos retirar da pauta a solicitação de urgência do empréstimo que seria votada ontem, nós conseguimos ganhar, no mínimo, mais uma semana. Porque se a urgência tivesse sido votada ontem, deputado Hilton, com certeza, esse projeto viria à pauta para ser votado na terça-feira.

O que a gente quer chamar atenção com isso, deputada Fabíola e deputado Felipe? Que durante essa semana e a seguinte, ou seja, nesses 15 dias, de alguma

forma, o governo do estado com o seu secretariado – o governador Jerônimo já deverá estar aqui na próxima semana –, possa se sensibilizar e perceber que não é justo um aumento de apenas 2% agora em maio e sendo mais 2% só em setembro.

Dessa forma, quando a Oposição tenta de alguma forma esticar essa corda para que esse projeto não seja votado agora, é para que a gente consiga sensibilizar o governo do estado, a liderança do governo, o secretário do Planejamento, inclusive o da Fazenda, para que se possa dar um reajuste maior.

A Oposição apresentou uma emenda, cuja entrada demos agora, como eu já tinha citado ontem, do reajuste linear de 10%, que é o que todos os servidores estão pleiteando. Eu acho que essa mesa de negociação não pode se encerrar. A gente está disposto, de alguma forma, a intermediar para que a gente consiga logo fazer a votação desse projeto.

Dito isso, perdoe-me citar novamente a senhora, deputada Fabíola, eu hoje recebi mais uma – eu não vou nem falar mais em denúncia, amigos e amigas –, queixa. Uma paciente, que teve um problema na circulação, teve o seu membro amputado. Mas onde ela está, Alan? No Hospital Metropolitano. É preciso saber a viabilidade do outro membro sempre que se tem um problema circulatório. Ela está no hospital mais recentemente inaugurado em Salvador, tirando o Hospital Ortopédico, que é Hospital Metropolitano. Vocês vejam que isso é uma falta de planejamento, porque se a senhora, deputada Fabíola, fosse a secretária de Saúde, isso não aconteceria. Essa paciente fez a cirurgia de amputação do membro inferior, da perna, e agora ela foi colocada na Regulação. Ela está no Hospital Metropolitano e foi colocada... Imagine! Ela está no hospital e foi inscrita agora na Regulação. Para quê? Para fazer o exame da circulação da outra perna. E onde parece que vai fazer? No Menandro de Faria. A paciente é uma conhecida do meu gabinete. Eu pensei: “Será que realmente é sensato isso?” Primeiro, ela não deveria nunca estar ocupando o lugar da Regulação. Isso deveria... A informação que eu obtive é de que está faltando o contraste. Não é possível! Porque isso é pior ainda. Se é o contraste e não se tem toda a condição de fazer, bastava pedir emprestado. Já que não tem ou falta alguma coisa, solicita-se o empréstimo entre as unidades coirmãs. E o que aconteceria? Faria o exame sem causar esse transtorno absoluto da paciente.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Quando eu subo nesta tribuna para questionar e falar da gestão de saúde é porque toda hora chega uma queixa, uma denúncia, uma coisa. Não tem o menor cabimento isso. Será que a secretária de Saúde está sabendo o que acontece em suas unidades gestoras? Eu até quero, neste momento, presidente Zé Raimundo, isentar a secretária de Saúde...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) desse fato, porque eu tenho certeza de que ela não consegue tomar conta de toda a gestão, mas agora que ela sabe, depois desse meu pronunciamento público, cabe a ela tomar as providências necessárias.

Porque isso não existe. Não é uma normalidade o paciente estar no Hospital Metropolitano, com 220 leitos, com toda a estrutura que se diz ter, e não conseguir

realizar esse procedimento simples. Ele tem de ser colocado na Regulação – sabe Deus quando vai ser chamado –, sair do hospital, sair da ambulância, para poder fazer um novo procedimento e voltar novamente para o Hospital Metropolitano. Se o exame der errado, ele vai de novo para o hospital e vai ser colocado na Regulação.

Então, com sua tolerância, já que hoje há essa permissão de V. Ex.^a, sempre com sua benevolência, mas é preciso que a secretária – volto a dizer que a estou eximindo desse fato porque eu tenho certeza de que ela não sabe disso – tome conta das unidades que são geridas por essas organizações sociais. Porque o que está acontecendo... Eu falei que existe uma ala fechada no Hospital Metropolitano, agora eu estou falando do que está acontecendo agora no Hospital Metropolitano e vai acontecer nos outros também, porque o que falta é gestão.

Não adianta entregar um equipamento lindo, maravilhoso, o mais moderno possível, mas que não tem gestão e não tem condição de funcionamento. Por isso, eu estou solicitando verbalmente ao presidente Alex da Piatã e vou fazer isso também através de ofício para que a gente possa, o mais breve possível, fazer uma visita ao Hospital Metropolitano e depois ao Hospital Ortopédico, com ou sem V. Ex.^a.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nobre deputado Alan Sanches, pela relevância do tema que V. Ex.^a traz, eu vou conceder a palavra agora a Alex da Piatã, o nosso presidente, até para ele...

O Sr. Alan Sanches (fora do microfone): Ótimo, ótimo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) fazer algumas considerações de como esse tema pode ser aprofundado e discutido com essa qualidade de informações e de compromisso que V. Ex.^{as} têm com esse tema.

O Sr. Alex da Piatã: Sr. Presidente, servidores desta Casa, imprensa presente, caros colegas, quero agradecer pelo direito de resposta por ter sido citado de forma muito cordial, como sempre. O deputado Alan está fazendo uma solicitação que é justa e faz parte do mandato do nobre colega, que apontou uma situação pontual de um paciente. Nós não podemos fazer juízo de valor de uma unidade hospitalar e nem da saúde do nosso estado por uma situação pontual de um paciente trazida pelo deputado Alan à tribuna.

Eu tenho certeza de que ele vai, como ele bem disse, isentar a nossa gestora, a nossa secretária Roberta, que vem fazendo um excelente trabalho, que vem se dedicando dia e noite a cuidar do povo da Bahia, a cuidar da saúde da Bahia e tem avançado muito em todos os sentidos. Eu tenho certeza de que o deputado Alan reconhece isso e, como ele trouxe uma situação pontual, isso vai ser apurado. Isso é normal no meio de milhares e milhares de atendimentos. A deputada Fabíola está aqui hoje e, ontem mesmo, ela citou isso referente a uma outra unidade hospitalar.

Nós teremos o prazer, deputado Alan, de receber de V. Ex.^a o requerimento para a visita não só ao Hospital Metropolitano, mas a qualquer unidade hospitalar

gerida pelo estado da Bahia, como nós fomos e sentimos a sua falta, porque eu sei que o senhor enriqueceria muito a nossa visita ao maior hospital ortopédico do Brasil, que hoje está na Bahia e tem feito um grande trabalho. Inclusive, o Hospital Ortopédico já está recebendo os pacientes que estavam na fila do Hospital Manoel Victorino e tem uma meta de, no máximo em 1 ano e meio, zerar aquela fila, assim como já está atendendo pacientes de estados vizinhos do Nordeste, de alta complexidade, o que é um ganho extraordinário. O deputado Bobô não está aqui, mas esteve presente e levou também a questão em relação ao atendimento aos clubes de futebol, porque às vezes precisam se deslocar para hospitais no Sul e no Sudeste, mas haverá também uma ala específica para esse atendimento na Bahia, no Hospital Ortopédico.

Então, eu acho que o requerimento que V. Ex.^a vai nos apresentar, será atendido e nós vamos visitar, com a nossa comissão, ao lado da nossa secretária Roberta, qualquer outra unidade hospitalar que V. Ex.^a assim queira.

Mas, Sr. Presidente, uma questão pontual não pode ser levada em conta, de forma alguma, para um juízo de valor de toda uma unidade e de toda a saúde do nosso estado.

Muito obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Alex da Piatã.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Agora eu concedo a palavra, com muito prazer, ao nobre deputado e secretário da Mesa, Samuel Junior.

O Sr. SAMUEL JUNIOR: Sr. Presidente, meu caro amigo professor Zé Raimundo e o bom que está ao lado de V. Ex.^a, deputado Rosenberg Pinto, líder do Governo na Assembleia, meus caros colegas deputados e todos que nos acompanham, hoje, o que me faz subir na tribuna é para falar da demissão do presidente da Petrobras no dia de ontem.

É interessante, meu caro Geraldo, o que estão alegando a respeito da demissão do presidente. Dizem que foi porque o governo queria dar um calote nos acionistas e o presidente se omitiu em votar, exatamente para que não contrariasse o calote que o governo queria dar nos acionistas. Então, os ministros teriam se juntado e feito a cabeça do presidente Lula para que demitisse o então presidente da Petrobras.

Conversando com um amigo na Casa, ele me contou uma história que eu acho que cai muito bem, meu caro professor Zé Raimundo. Havia um cavalo que estava muito doente e um porco que todo dia conversava com esse cavalo, levava uma palavra de ânimo e, quando necessário, buscava remédio para dar a esse cavalo para que melhorasse. O porco fazia isso constantemente. O dono já não ligava mais para o cavalo, porque, na cabeça do dono, aquele cavalo iria morrer, mas o cavalo melhorou e ficou bom. Caro Geraldo, o dono do cavalo então disse: “Eu vou matar o porco para celebrar que meu cavalo está melhor.”

Perceba que o governo sempre criticou a Petrobras na gestão do ex-presidente Bolsonaro, mas, agora que a Petrobras deu uma melhorada, o governo queria dar um

calote nos acionistas. Então, o que ele fez? “Vou matar o porco, porque o cavalo está bom.” Este é o governo que está aí.

Que Deus tenha misericórdia do nosso Brasil.

Hoje, está a prova. Eu sei que há colegas deputados que são acionistas da Petrobras. Hoje, a bolsa caiu de forma vertiginosa, o que já preocupa alguns, porque como são acionistas, quando a Petrobras cai nessa bolsa, vem o grande prejuízo.

Esse é o governo do amor. Vamos continuar fazendo o “L”.

Que Deus tenha misericórdia do nosso Brasil.

Essas são as minhas palavras, presidente, muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Samuel Junior.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre deputado líder Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, servidoras, servidores, imprensa e visitantes, é lógico que eu, como funcionário aposentado da Petrobras, sempre tenho umas preocupações quando vejo essa empresa, que orgulha o Brasil e os brasileiros, nas páginas dos jornais.

Na realidade, o presidente Jean Paul Prates, ex-senador da República, colega de trabalho na área do petróleo durante muitos anos, cumpriu uma tarefa muito grande dentro da companhia e fez uma transição para uma nova realidade, porque, nos últimos 4 anos ou 6 anos, era uma Petrobras com um olhar unicamente para os acionistas, independentemente do seu papel de empresa do Estado, voltada para desenvolver o Estado.

Jean Paul Prates, durante esses anos na Petrobras, fez um redirecionamento e trouxe, para a nova realidade do petróleo e da energia no mundo e no Brasil, uma Petrobras que tinha ficado envolvida apenas com a área da exploração, deixando de fora oportunidades como o debate sobre energia renovável, o debate moderno sobre hidrogênio verde, o debate moderno sobre energia solar, sobre energia eólica. Jean Paul, nesse período, trouxe de volta a Petrobras para esse debate.

Da mesma maneira, o governo anterior, deputado Samuel, destruiu as relações da Petrobras nos estados, inclusive aqui na Bahia, fechando todas as unidades produtivas, se desfazendo da Refinaria Landulpho Alves, fechando um prédio que foi construído para dar a logística da Petrobras no Nordeste, e foi Jean Paul Prates que trouxe de volta o oxigênio necessário para que a Petrobras voltasse a atuar no estado da Bahia.

Mas é natural que esse seja um momento de transição, um momento de transição da Petrobras, que estava com um olhar apenas na área da extração, para um olhar na energia renovável, numa nova modalidade de vetor de desenvolvimento com sustentabilidade. E cumpriu o seu papel.

O presidente Lula, junto com os seus ministros, viu a oportunidade, a partir do trabalho que Jean Paul fez, de colocar a Petrobras num outro patamar, e esse patamar traz uma mulher, como já foi anunciado, para presidir a companhia. Essa pessoa competente, que foi diretora nacional da Agência Nacional de Petróleo, vem com o objetivo de cumprir essa segunda tarefa da Petrobras,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que é a consolidação dessa empresa dentro de uma visão mais ampla do processo energético no Brasil.

Então eu quero, em vez de criticar qualquer tipo de decisão, pavimentar, valorizar a passagem de Jean Paul Prates e dizer que a Petrobras, a partir de hoje, está nessa nova rota,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) nessa nova caminhada e certamente sob a direção de uma mulher também com um olhar para a renovação da visão sobre a energia no país, uma mulher que vai conduzir a Petrobras para aquilo que a população decidiu com a eleição do presidente Lula, no ano de 2022.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não há mais orador no Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra à oradora inscrita, deputada Fabíola Mansur...

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, queria fazer uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Ontem, eu fiz um acordo aqui, selado por V. Ex.^a, pelo deputado Rosemberg e pelo Plenário também, de que nós iríamos trazer para votação um projeto muito simples do deputado Samuel. O deputado Rosemberg pediu também que votássemos um projeto de igual teor, semelhante, da deputada Fabíola, para o qual eu também já fiz as dispensas.

Então, após às 15h30min, quando terminar o Pequeno Expediente, eu gostaria de solicitar ao deputado Rosemberg e a V. Ex.^a que nós votássemos os dois projetos e depois, se quiserem, continuamos com os tempos partidários ou não. Que V. Ex.^a libere porque o deputado Samuel tem urgência nisso.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, nobre líder Alan Sanches.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Por favor, líder da Maioria.

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu só... deputado Alan, eu queria fazer o seguinte, nós fizemos o acordo de votar o projeto, sim, só não definimos o horário. Eu queria

pedir ao deputado Samuel, uma vez que já foi anunciada a deputada Fabíola para o Grande Expediente, que, logo depois do Grande Expediente, a gente faça uma combinação de votar e depois a gente vai para os tempos partidários.

Alan Sanches: Vai para o Grande Expediente?

O Sr. Rosemberg Pinto: Isso.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não...

Alan Sanches: Espere aí! Espere aí!

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Por favor, para nós deixarmos registrado em ata, o que as lideranças acordaram?

O Sr. Rosemberg Pinto: A sugestão é a gente inverter e, na próxima sessão, eu ceder o Grande Expediente ao deputado Alan para que a deputada Fabíola possa... possa usar o tempo desta sessão.

Alan Sanches: Terça-feira...

O Sr. Rosemberg Pinto: Na terça-feira.

Alan Sanches: Eu uso na terça-feira.

O Sr. Rosemberg Pinto: Combinado.

Alan Sanches: Eu uso na terça-feira, e hoje a deputada Fabíola usa, só porque ela está com a lupa nova hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Se bem entendi, por favor, nobres deputados, é isso, continua o Grande Expediente?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra a deputada Dra. Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Srs. Deputados, Sr. Presidente, caros colegas, quero aqui agradecer pela inversão de pauta ao deputado Alan Sanches.

Começo a falar por esse assunto, a catástrofe, deputado Cafu, que acontece no Rio Grande do Sul. Se não bastassem os milhares de desabrigados e desabrigadas, as centenas de mortos, nós estamos vivendo uma verdadeira catástrofe no sentido de roubos a casas de moradores e, deputado Alex da Piatã, estupro de mulheres e de meninas nos abrigos onde elas se encontram. É de uma desumanidade que nos devasta a todos e a todas, deputado Marcelino, após essa tragédia, ainda haver pessoas que estupram vulneráveis.

Hoje, recebemos aqui a chefe de gabinete da secretária Elisângela Araújo, que nos fez uma apresentação sobre as ações dos 13 anos da secretaria, mas, sobretudo, das ações da secretária Elisângela, a quem eu quero aqui saudar.

Tivemos muitas ações para inclusão produtiva das mulheres, com vários editais de empreendedorismo para as mulheres indígenas, para mulheres quilombolas; tivemos várias ações na área de educação em associação com a secretária Rowenna e com o Conjuve, por meio da coordenação de Nivaldo Millet; tivemos muitas ações de enfrentamento à violência doméstica, às várias violências; tivemos muitos eventos na saúde, mas hoje nós tivemos essa denúncia.

Há aqui a nossa moção de repúdio e o nosso apoio às mulheres que trabalham sempre em rede. As mulheres, como muito foi dito, são mais colaborativas do que competitivas.

Quero registrar aqui não apenas a solidariedade que todos nós temos demonstrado, que, aliás, o nosso presidente, deputado Adolfo Menezes, também tem demonstrado ao colocar os deputados doando parte dos seus salários para ajudar a reconstruir aquele estado.

Não apenas elogiar a Assembleia de Carinho, com a sua presidenta, Denise Menezes, que colocou aí fora vários contêineres para doação de água, de materiais não perecíveis, materiais de higiene; não apenas elogiar o nosso governador Jerônimo, que mandou o Corpo de Bombeiros; nem a secretária Roberta, que mandou pessoas também para ajudar.

O nosso presidente Lula também está fazendo, apesar de todas as fake news, o que é uma coisa abominável, deputado Robinson. O que o presidente Lula tem feito, destinando emendas, destinando verbas, destinando equipe, priorizando o estado, perdoando empréstimos, e ainda ser vítima de fake news.

Não querem saber a diferença do presidente Lula e do inominável, do inelegível que o antecedeu, que, diante de tragédias, mesmo aquelas que aconteceram na Bahia, nada fez. Mas é muito importante que, para além da solidariedade ao povo gaúcho, para além das doações em materiais e em dinheiro, nós também tenhamos que rechaçar e pedir às autoridades daquele estado que priorizem a punição desses algozes, agressores e estupradores de mulheres, deputado Eures.

É um absurdo que as pessoas tenham que passar por duas, três tragédias, e as mulheres sempre são as maiores vítimas. Então, como procuradora Especial da Mulher, deputado Zé Raimundo, eu gostaria de pedir, daqui da Bahia, providências ao governador Eduardo Leite para que cuide, efetivamente, com um olhar especial, desses casos, enviando as forças de segurança para evitar mais casos de estupro.

Mas nem só de coisas ruins vivemos! Tivemos hoje uma sessão muito bacana com a presença da querida Maria Medeiros, que convida todas as mulheres baianas para o *Fórum Internacional de Mulheres*, que acontecerá aqui no Centro de Convenções em novembro.

Mas também aqueles que representam a cidade de Conceição do Coité, mais uma denúncia, deputado Marcelino Galo. Nós tivemos nada menos que dez feminicídios ocorridos naquela cidade em menos de 2 meses. O que está acontecendo com os relacionamentos e com os homens? Como é possível transformar relacionamentos amorosos em assassinatos de mulheres.

E é em função disso que amanhã a comissão de mulheres, a Procuradoria Especial de Mulheres... E aí convido todos os assessores e assessoras dos mandatos de deputados a irem a Conceição do Coité, tivemos um pedido do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher dessa cidade, um pedido de socorro desta Casa, desta Assembleia Legislativa.

Nesta mesma quarta-feira, em Coité, para além do feminicídio que ocorreu em abril, há pouco menos de 1 mês, hoje nós tivemos duas vítimas. Duas vítimas! E,

segundo o pai delas mesmas, o autor já deu diversas facadas em sua companheira por um motivo, claro, desconhecido, mas que não pode ser nada além de ódio, de misoginia, de machismo e de crueldade.

Não contente em esfaquear a sua companheira, também esfaqueou a mãe dela. É um absurdo que ainda tenhamos que nos debater com casos de feminicídio no estado da Bahia. E aí nós temos que trabalhar em rede, é para essa rede que eu conclamo todos.

Amanhã, quinta-feira de manhã, inauguraremos a sede do batalhão da Ronda Maria da Penha, muito bem comandado por nossa querida tenente-coronel Roseli. Estaremos todas lá, vai acontecer em Lauro de Freitas. E, pela tarde, estaremos em Conceição do Coité para dar apoio àquele conselho de mulheres.

Mas eu quero conclamar, vejo vários deputados aqui no Plenário, esse não é um tema só para mulheres, Srs. Deputados, esse é um tema, deputado Eures, V. Ex.^a que é sensível a ele, também dos homens, não podemos aceitar o silêncio dos homens. Vejo aqui a juventude cristã presente, nós temos que enfrentar essa chaga com ações na área da educação.

Fui autora da campanha de empoderamento feminino e enfrentamento ao machismo e à violência que hoje já é lei. Se a gente não leva esse tema para as escolas, se a gente não debate com as famílias, se a gente não dialoga com os homens, a gente não vai conseguir impedir o progresso das vítimas de feminicídio.

E, porque não dizer, não há apenas as vítimas que são assassinadas, nós temos as vítimas secundárias, deputado presidente Zé Raimundo. As vítimas secundárias são os órfãos do feminicídio, as órfãs do feminicídio. Isso não é um assunto qualquer, nós precisamos fazer ações nesta Casa que mostrem que todos os deputados, para além das deputadas, somos dez, estão comprometidos.

Afinal de contas, deputado Felipe, nós temos que cuidar de todo o povo baiano, e aí incluo os homens e as mulheres, que também são eleitoras. Nós precisamos tentar melhorar a representatividade feminina por meio de eleição, de pré-candidaturas femininas; nós precisamos movimentar toda a sociedade civil ao redor do enfrentamento dessa chaga que são todos os tipos de violência.

Trago esse assunto – ontem eu trouxe, hoje de novo – porque não é possível fecharmos os olhos ou silenciarmos diante de uma epidemia de mortes de mulheres. Mulheres que são, como todos sabem, a maioria da população, e a outra metade é gerida por elas. Não há por que se calar diante de tanta violência, de tanto desamor, de tanto machismo, de tanta misoginia.

O nosso governador Jerônimo, com certeza, tem compromisso com essa pauta, vem transversalizando as ações da secretaria de Políticas para as Mulheres, aumentando o seu Orçamento, mas uma andorinha só não faz verão. Há de ter o compromisso de toda a sociedade, deputado Bobô, deputado Fabrício, V. Ex.^{as} que são também compromissados com a pauta.

Nós precisamos, para além do aumento do Orçamento da secretaria, que já foi promovido pelo governador Jerônimo, voltar a debater uma indicação que é de nossa autoria, que é a criação do fundo de enfrentamento à violência contra a

mulher. Fundo esse que já existe na Câmara e em alguns estados e pretende, na verdade, criar um CNPJ com o apoio do governo do estado, mas também receber doações de organismos nacionais e internacionais e doações decorrentes de multas e processos na Justiça cujo foco sejam as mulheres, isso a fim de robustecer as ações de enfrentamento e de prevenção e as articulações entre os diversos organismos. Essa é uma política extremamente importante para a civilização.

Se nós não compreendermos que a luta pelas mulheres, que a luta por um mundo de paz, é uma luta de todos, nós estaremos fadados a ter uma sociedade de retrocessos, de negação de direitos, um mundo de ódio e guerra ao invés de um mundo de paz.

Quando nós não compreendemos que uma mulher tem direito a receber um salário por trabalhos iguais, nós estamos negando direitos; quando nós não compreendemos que as mães são cuidadoras e muitas vezes sacrificam a sua própria educação, a sua própria formação para cuidar das crianças e dos idosos, nós estamos negando oportunidades no mercado de trabalho; quando nós não entendemos que mulheres de todos os tipos, do campo, da cidade, quilombolas, pessoas com deficiência, jovens, idosas, rurais, todas elas precisam do nosso apoio e o apoio desta Casa, nós estamos também retrocedendo.

Eu rogo, sinceramente, a todos os deputados desta Casa, que nós façamos, deputado Marcelino, V. Ex.^a que sempre prestigiou a comissão das mulheres e as ações das mulheres, que nós façamos, deputado Cafu, um mutirão para fortalecermos todas as políticas de empoderamento feminino, de geração de emprego e renda para as mulheres e também de inclusão produtiva e até de aumento de oportunidades para essas mulheres, deputado Laerte do Vando, para as mulheres vítimas de violência.

Nós nos debatíamos, na semana passada, com o excelente projeto do deputado Nelson Leal, que já é lei, que prioriza no atendimento médico às mulheres vítimas de assédio sexual, vítimas de estupro. Nós precisamos regulamentar o mais rapidamente possível essa lei, assim como a Lei Antibaixaria, da deputada Luiza Maia, aprovada nesta Casa. Nós precisamos regulamentar para tornar mais efetivas essas ações de enfrentamento.

Nós também precisamos, e o governador Jerônimo está sensível a isso, criar o fundo de enfrentamento à violência contra as mulheres, deputado Marquinho Viana, porque poderemos angariar verbas de outros organismos internacionais para ampliar ainda mais o orçamento dessa política.

Então, eu quero, para terminar este assunto, convidar todos os deputados desta Casa, porque as deputadas já estão comprometidas, a fazerem uma reflexão, a pensarem em políticas, em leis, em ações, deputado Samuel, que possam ampliar a proteção às mulheres. Nós temos que também fazer parte da rede de proteção, não são apenas os organismos institucionalmente criados, como as secretarias de políticas para as mulheres, os conselhos para as mulheres, os centros de referência e atenção às mulheres, as procuradorias municipais dos legislativos, as rondas Maria da Penha, as polícias civis, as Deam, Delegacias Especializadas de Atenção à

Mulher, e os Neam. Nós temos que ter a Assembleia Legislativa comprometida com a redução dos feminicídios e das violências na Bahia.

Eu tenho a certeza de que a gente pode contar com a solidariedade dos deputados desta Casa. E fico muito feliz de o Grande Expediente ser dedicado às mulheres, já que temos nesta semana uma governadora em exercício, uma mulher que assumiu recentemente o Tribunal de Justiça, que é a desembargadora Cynthia Resende. E por um ato extremamente representativo e simbólico do nosso governador Jerônimo, aquilo que poderia ser algo informal, apenas uma transmissão de cargo, transformou-se num ato representativo e histórico, com a maioria das secretárias mulheres do governo Jerônimo, a maioria das lideranças femininas presentes a esse ato que ocorreu no sábado passado. Fez questão de dar uma notoriedade, deputado Eduardo Salles, à transmissão do cargo para a desembargadora Cynthia. Não é uma coisa comum, deputado Zé Raimundo, termos uma governadora em exercício, coisa rara. Não foi a primeira, de fato, mas a terceira, foi antecedida por Sílvia Zarif e por Telma Britto, mas é importante porque é emblemático e a política vive de símbolos.

Temos apenas, no Brasil, duas governadoras, a do Rio Grande do Norte, que se encontra com nosso governador Jerônimo, hoje, em um *tour* pela Europa, para trazerem boas coisas para os consórcios do Nordeste, e a de Pernambuco, Raquel Lira, coincidentemente duas nordestinas. E se a gente somar a terceira governadora em exercício, nós temos três mulheres nordestinas. É o Nordeste da resistência. É o Nordeste que olha para as mulheres. É o Nordeste que não deixa o Brasil andar para trás.

E é muito importante termos no nosso governo, com Jerônimo, tantas secretárias mulheres, tantas secretarias representadas, secretarias importantes: a Procuradoria do estado com a Dr.^a Bárbara Camardelli; a Secretaria da Educação com Rowena; a Secretaria de Promoção da Igualdade com a secretária Ângela; a de Recursos Hídricos com Larissa; a de Assistência Social com Fabya Reis; e a Secretaria da Saúde com a secretária Roberta Santana.

E mudando um pouco de assunto, volto a falar de saúde. Nós sabemos que foi um grande acontecimento a inauguração do Hospital Ortopédico. Ontem fazia a defesa do Hospital Ortopédico, que é o maior hospital da América Latina, que está em funcionamento. É lógico que um hospital dessa natureza não é algo que a gente coloca para funcionar 100%. É um hospital que vai num crescendo, mas nós já temos três vezes mais cirurgias do que no Manoel Victorino. Nós já tivemos, na última semana, 500 procedimentos, 525 cirurgias realizadas. De consultas, em sua pequena existência, foram 3.042. As vagas que foram abertas na regulação em função do Hospital Ortopédico, deputado Marcelino, foram quase 902. Exames de imagem: foram realizados 3.605. E, agora, na parte de educação e ensino, já são 15 mil horas de treinamentos. No ensino, a Coreme, que é a Comissão de Residência Médica, estabeleceu em 24 residentes de ortopedia. A residência médica é um espaço de treinamento que vai ter, no Hospital Ortopédico, professores supervisores. Vamos estar não apenas atendendo a pacientes, mas também formando mais médicos ortopedistas.

Só na pesquisa, nós tivemos a implantação de um projeto de pesquisa sobre a anemia falciforme, muito prevalente aqui, em nosso estado, que gera a necrose de fêmur. Já se está fazendo uma pesquisa.

Eu quero dizer, aqui, como médica, que um hospital dessa magnitude tem um tempo, deputado Zé Raimundo, nosso presidente, para a sua implantação completa. Assim como uma pessoa, um bebê, para chegar à vida adulta, precisa de tempo de crescimento.

Mas a gente sabe do esforço do governo para ampliar leitos para melhorar a regulação, que é a única forma... e concordo com o nosso deputado, médico, Alan, precisamos ampliar os leitos para que os pacientes tenham acesso às UTIs, ao tratamento de câncer na oncologia, às emergências, às urgências.

E, de novo, repito: são 24 hospitais abertos nesses 16, 17 anos das gestões dos nossos governadores Wagner, Rui e, agora, Jerônimo. São 26 policlínicas que não apenas ajudam aos municípios, mas também geram a possibilidade de cirurgias eletivas, de exames de alta complexidade e consultas especializadas.

Nós temos a regionalização da saúde, que é a abertura de vários hospitais nos mais longínquos rincões da Bahia. Um exemplo disso é o Hospital Costa das Baleias, que foi aberto na sexta-feira passada e que vai atender a muitos municípios. Já temos o Prado Valadares, o Hospital da Mulher, o Hospital Ortopédico, o Hospital Metropolitano, o Hospital Costa do Descobrimento, o Hospital do Subúrbio, e por aí vai. São 24.

Lógico, temos, aqui, o compromisso de apurar as queixas, junto com a Comissão de Saúde, e assim faremos, porque a saúde sempre precisa ser melhorada. Não vamos, nós, que somos militantes do SUS, dizer que está tudo certo com a Saúde, que não se precisa de mais recursos. Não, há um esforço contínuo. Eu reconheço que esse esforço é também de prefeitos e prefeitas, porque é lá que os pacientes batem pela primeira vez, é lá que as soluções precisam ser encontradas. Mas o SUS é tripartite, precisa dos municípios fazendo a atenção primária, estendendo a cobertura da atenção primária, resolvendo algumas especialidades e, também, sendo ajudados pelas policlínicas, precisa do governo do estado e do governo federal.

Graças a Deus, a ministra Nísia já esteve cinco vezes aqui, já ampliou o credenciamento de leitos, já trouxe dinheiro para fortalecer a saúde, já recuperou o programa de vacinas, que foi aviltado pelo inominável, inelegível, que negou a ciência, negou vacina, fazendo com que voltássemos a ter doenças antes erradicadas. Tivemos o retorno da Farmácia Popular, tivemos a ampliação das verbas para a saúde, deputado Zé Raimundo.

Então, diante de um país que foi desconstruído, diante da saúde que foi negada, nós precisamos ter paciência, precisamos tratar a saúde, de fato, de forma suprapartidária e desejar que a gente consiga melhorar a regulação, como temos melhorado, com a ampliação de leitos. Mas, claro, não temos a solução. Infelizmente, ainda temos vítimas, ainda temos pessoas que sofrem, ainda temos pessoas que morrem à espera de leitos. Mas esse esforço precisa ser reconhecido.

Eu quero, aqui, de público, reconhecer o esforço do nosso governador Jerônimo, o esforço da nossa secretária Roberta e de toda a sua equipe, o esforço dos prefeitos, que estão em parceria junto com a UPB, do Quinho, de Belo Campo, a quem mando um abraço. Porque é muito importante a gente reconhecer os desafios para que, juntos, a gente enfrente os obstáculos em vez de procurar culpados.

Então, deixo, aqui, o meu abraço para a secretária Roberta, para o nosso governador Jerônimo. Meus parabéns, porque o Hospital Ortopédico já conseguiu... E, com certeza, visitaremos com o deputado Alan, que é um deputado importante, qualificado na área da saúde, tanto o Hospital Ortopédico, quanto o Hospital Metropolitano, porque a gestão da saúde em nosso governo é transparente.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Eu também. Aquilo que não está certo, eu subo a esta tribuna para também reclamar. Mas a hora é de parabenizar pelos esforços e resolver o problema da regulação com a ampliação de leitos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputada Fabíola Mansur.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): É com prazer que registro a presença em nossas galerias de jovens estudantes que participam do programa J-PRO, apoiado pelo deputado Jurailton Santos.

Seguindo...

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, deputado Alan Sanches, pela ordem,

O Sr. Alan Sanches: Conforme acordamos, esperamos o Grande Expediente da deputada Fabíola, em permuta com o União Brasil. Solicito que a gente possa votar o projeto da deputada Fabíola e do deputado Samuel conforme acordado

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k. Depois iremos para os tempos partidários.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Então, por acordo, nós entraremos agora na Ordem do Dia...

O Sr. Rosemberg Pinto: Para esses projetos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Sim. Para se votar tem de ter a Ordem do Dia.

O Sr. Alan Sanches: Secretário Carlos Machado, secretário Carlos Machado...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não. Pelo acordo, vamos entrar agora na Ordem do Dia para a votação do requerimento...

Correto.

Então, na Ordem do Dia há dois projetos para os quais foram acordadas as dispensas de formalidades para que possamos agilizar as suas aprovações.

Primeiro projeto.

(Lê) “*REQUERIMENTO*

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Exa., a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 25.093/2023, de autoria do Dep. Samuel Junior, que “Institui o Dia Estadual da Juventude Cristã e dá outras Providências”.”

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu designo para relatar a matéria o nobre deputado...

O Sr. Rosemberg Pinto: Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): A nobre deputada Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, relato agora o Projeto de Lei n.º 25.093/2023, que institui o Dia Estadual da Juventude Cristã e dá outras providências.

O dia tem como finalidade a mobilização das igrejas e instituições cristãs que podem realizar nessa data palestras, *workshops*, congressos, cruzadas evangelistas de impacto e eventos de clamor ou qualquer outro evento que tragam reflexões, sempre pensando em enfrentar os problemas sociais e que venham criar a cultura da paz, dentre outros temas relacionados à juventude cristã.

Sr. Presidente, o projeto é constitucional, é legal, e nada havendo contra, não há emendas, voto pela sua aprovação.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação, no âmbito das comissões, o parecer da nobre deputada Fabíola Mansur.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Lei n.º 25.093/2023, de autoria do deputado Samuel Junior, que institui o Dia Estadual da Juventude Cristã. Em primeiro turno.

PROJETO DE LEI Nº 25.093/2023

Institui o Dia Estadual da Juventude Cristã e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Estado da Bahia, o dia Estadual da Juventude Cristã, a ser comemorado anualmente, no último sábado do mês de setembro.

Art. 2º - O dia terá como finalidade a mobilização das Igrejas e Instituições cristãs, que podem realizar, neta data, palestras workshops, congressos, cruzadas evangelísticas e de impacto, eventos de clamor ou qualquer outro evento que tragam reflexões e ajudem a juventude Cristã a enfrentar problemas sociais e venham criar a cultura da Paz, dentre outros temas relacionados a Juventude Cristã.

Art. 3º – O dia Estadual da Juventude Cristã será incluído no calendário oficial do Estado da Bahia.

Art. 4º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2023.

Deputado SAMUEL JUNIOR

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O segundo projeto acordado.
(Lê) "REQUERIMENTO

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Exa., a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 24.701/2023, de autoria Da Deputada Fabíola Mansur que dá ao trecho da BA-937, que faz interligação entre a rodovia BR – 030 e o distrito de Pajeu dos Ventos, no Município de Caetité, a denominação de RODOVIA EDIVALDO LOPES TEIXEIRA- DIDI DE AROEIRAS."

Para relatar, o nobre deputado Alan Sanches. Nobre deputado Alan Sanches para relatar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o nobre deputado Alan Sanches.

O Sr. Samuel Junior: Está bonitinho! Paletó novo!

O Sr. ALAN SANCHES: Este paletó ainda é do tempo da presidência da Câmara de Vereadores de Salvador. Só que quando se compra uma coisa boa ela sobrevive.

Sr. Presidente, passo a relatar, aqui, o projeto de lei da deputada Fabíola que dá ao “*trecho da BA-937, que faz interligação entre a rodovia BR-030 e o distrito de Pajeu dos Ventos, no município de Caetité, a denominação de Rodovia Edivaldo Lopes Teixeira - Didi de Aroeiras*”.

O projeto deu entrada nesta Casa e ele corresponde a todas as normas regimentais e constitucionais, nada havendo que desabone o projeto.

O parecer é pela continuidade e pela aprovação
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): No âmbito das comissões, em discussão e votação o requerimento... ou melhor, o parecer que acaba de ser lido pelo deputado Alan Sanches.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

No âmbito do Plenário. Em discussão e votação o Projeto de Lei nº 24.701/2023, de autoria da deputada Fabíola Mansur, cujo parecer acabou de ser lido.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado por unanimidade no âmbito do Plenário o **Projeto de Lei nº 24.701/2023**.

PROJETO DE LEI Nº 24.701/2023

Dá ao trecho da BA-937, que faz interligação entre a rodovia BR – 030 e o distrito de Pajeu dos Ventos, no Município de Caetité, a denominação de RODOVIA EDIVALDO LOPES TEIXEIRA - DIDI DE AROEIRAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Passa a denominar-se RODOVIA EDIVALDO LOPES TEIXEIRA - DIDI DE AROEIRAS o trecho da BA-937, que faz interligação entre a rodovia BR – 030 e o distrito de Pajeu dos Ventos, no Município de Caetité.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2023.

Deputada FABÍOLA MANSUR

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Próximo projeto.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: Para que a gente possa começar a definir como é que vai ser esta sessão, ontem, realmente, não houve acordo para que não se votasse as urgências. A nossa expectativa, da Oposição, é a de que a gente pudesse jogar esse requerimento de urgência para a semana que vem. Mas não podendo ter sido

acordado isso ontem, se eles tiverem os 32, na verdade, 31, eles podem levar à votação.

Mas, para isso, eu queria começar já solicitando a verificação de quórum para a continuidade da sessão, e que V. Ex.^a abrisse logo os 15 minutos regimentais.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Há uma questão de ordem do nobre deputado Alan Sanches.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nobre deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, realmente, ontem, aqui, nós votamos os dois projetos: projeto do Bahia pela Paz e o projeto do abono dos professores. Combinamos que votaríamos os dois projetos que foram votados, de iniciativa dos dois parlamentares, e que continuaríamos, por acordo, os tempos partidários.

O deputado Alan Sanches pediu uma verificação de quórum para a continuidade da sessão. Nós precisamos de 21 deputados e deputadas aqui e eu já queria iniciar solicitando a todos os deputados e a todas as deputadas que puderem se fazer presentes no Plenário, para que a gente possa dar continuidade à presente sessão. Esta sessão, é lógico, poderá culminar no debate com relação às urgências que foram apresentadas aqui ontem e que não consolidamos as suas votações.

Então, presidente, minha sugestão é a seguinte. Existem dois projetos que não tem nenhum problema, um é o projeto que dá gratuidade para as pessoas tirarem a segunda via do registro geral, do RG, da identidade. Inclusive, eu vou conversar com o deputado Alan sobre a possibilidade de a gente votar também por acordo porque é um projeto extremamente interessante para a sociedade, principalmente para a sociedade mais carente, que às vezes tem dificuldade de tirar os seus registros, por causa do pagamento dessa segunda via. Então eu vou pedir para dar uma olhada.

Enquanto isso, eu queria pedir a V. Ex.^a que marcasse os 15 minutos para a continuidade da sessão. Neste período, eu gostaria de pedir aos deputados e às deputadas que se fizessem presentes aqui, para a gente atender a esse chamamento do deputado Alan Sanches e, inclusive, fazer um aquecimentozinho para os temas previstos nos requerimentos de urgência.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, nobre deputado Rosemberg Pinto, nobre deputado Alan Sanches, a questão de ordem será atendida, portanto. Mas já antecipo que haverá, logo após esta sessão, uma segunda sessão para votarmos, em segundo turno, os dois projetos aprovados, correto?

Assim sendo, eu solicito aos nossos técnicos, à mesa técnica, que, por favor, zerem o painel e marquem os 15 minutos para verificar o quórum necessário para a continuidade da sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, só para entendimento, há uma sessão extraordinária convocada para logo após o término desta? Estou só tentando

entender, porque se tiver qualquer dificuldade, nós poderíamos votar inclusive os requerimentos de urgência nesta segunda sessão também.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. Samuel Junior: Eu fico feliz, presidente, porque estou vendo aqui alguns companheiros que não vi na sessão do dia de ontem. Isso é um bom sinal.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Foi restabelecido o quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Restabelecido o quórum.

A Sr.^a Fátima Nunes: Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem da deputada Fátima Nunes.

A Sr.^a Fátima Nunes: Meu caro presidente, muito boa tarde a todos e a todas. Nós já estamos com o quórum restabelecido, como o senhor mesmo afirmou, dando continuidade a esta sessão.

Mas eu queria solicitar ao senhor o seguinte, na próxima sessão extraordinária, já convocada, eu tenho interesse em me pronunciar. Muitas vezes, são cortados os tempos nas sessões extraordinárias para se chegar logo à Ordem do Dia. É isso somente para este momento.

Sei que, em atenção... o Dr. Carlos pode não estar ouvindo direitinho.

O Sr. Rosemberg Pinto: Deputada Fátima, presidente, como a gente ainda está no tempo partidário, se a deputada Fátima Nunes tiver interesse em falar, ela já o faz agora, nesta sessão, para próxima sessão ser rápida. Ou a senhora quer falar na outra?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nobre líder, veja o seguinte, vamos dar andamento. V. Ex.^a vai combinar com o líder da Minoria a pauta, a ordem desta sessão. Nós temos dois projetos para votarmos em segundo turno, correto?

O Sr. Rosemberg Pinto: Correto.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.^a tem também alguns requerimentos aqui. A pergunta é: como daremos sequência? Se houver acordo, a gente vota os dois projetos em segundo turno e, em seguida, daremos continuidade ao requerimento de urgência que está na Ordem do Dia.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, não tem nenhum problema. Eu só quis ajudar porque a deputada Fátima entendeu que ela perdeu a oportunidade de falar nesta sessão e eu disse a ela que não. Nós votamos, mas garantindo a manutenção dos tempos partidários. Então, nós iríamos para os tempos partidários e depois votaríamos os requerimentos. Se o deputado Alan, por parte da Minoria, não tem interesse em falas, minha sugestão é fazermos uma fala de um lado e uma fala do outro lado, pois só a deputada Fátima que se manifestou, depois encaminharíamos os requerimentos. Pode ser assim?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.^a, veja bem, nós estamos na Ordem do Dia, como vamos conceder tempo partidário? O que poderíamos fazer seria conceder a discussão e ela encaminhar o tema, falar sobre algum tema, entendeu?

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, eu não tenho nenhum problema de não falar mais nada, mas esse foi o acordo. Não tem problema, da minha parte, pode encerrar todas as falas e ir direto para as votações dos projetos. Eu só estou falando isso porque foi feito um acordo de que nós interromperíamos – correto, deputado Alan? – e votaríamos os projetos, depois daríamos continuidade aos tempos partidários. Mas eu não tenho nenhum problema, sinto-me satisfeito. Eu só queria pedir ao deputado Alan que ele desse a oportunidade de 5 minutos para a deputada Fátima, depois iríamos para a votação.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Veja bem, eu tenho de seguir o Regimento Interno aqui, teríamos de começar os tempos partidários com as representações. Em primeiro lugar, o Psol, Hilton Coelho, pelo tempo de 2 minutos. Tenho de seguir a ordem regimental. Eu não posso passar o Horário Representações Partidárias para entrar nos horários dos partidos. Entendeu, nobre líder?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o nobre deputado Hilton Coelho pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, eu ocupo esta tribuna porque eu acho que a nossa posição aqui deveria ser a de não aprovar esse requerimento de urgência.

Fiz a minha primeira fala aqui tratando do problema dos servidores públicos do estado, de todo o processo de mobilização que nós tivemos aqui nesta Casa. A Casa percebeu o termômetro, a alta temperatura que está no conjunto de segmentos do serviço público. Entendendo essa proposta do governo, vou chamar assim, já expliquei várias vezes, porque vou definir desta forma, 2,6%. Esse é o cálculo do impacto real, segundo o Dieese, sendo 2% de maneira imediata e mais 2% lá em setembro, sem retroatividade.

Então, quando eu falar aqui os deputados e as deputadas não achem que eu estou sendo leviano. São cálculos do Dieese. Inclusive, eu acho que os servidores desta Casa devem estar assustados, entendendo que porventura essa pode vir a ser alguma referência de tratamento para com os servidores daqui da Assembleia Legislativa.

Então, a meu ver, esta Casa, que ontem conseguiu ter um posicionamento, a partir...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) da correlação de forças que se estabeleceu, de não aprovar a urgência, estaria dando um sinal para o conjunto do serviço público ao fazer isso hoje, em um momento que os servidores entendiam que essa votação de urgência não aconteceria.

Não tenham nenhuma dúvida de que essas galerias estariam cheias. Ainda hoje, eu participei de um processo de mobilização só com as servidoras e com os servidores da saúde e foi uma grande manifestação, na região do Iguatemi.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

As galerias estariam cheias! Não tenham dúvidas de que os servidores públicos encararão isso como uma verdadeira apunhalada pelas costas, caso nós tenhamos a aprovação da urgência de votação desse percentual que, a nosso ver, é ultrajante para com o conjunto do serviço público da Bahia.

Então, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de aproveitar o tempo do Psol, porque eu acho que todos os deputados e todas as deputadas que possam, têm de aproveitar o seu tempo aqui para inviabilizar essa votação, porque, independentemente inclusive de analisar de maneira mais detalhada o que está em jogo, o termômetro do sentimento do serviço público já foi demonstrado ontem e é “não” a esses 2,6%! Aprovar 10% na mesa de negociação seria o início de uma negociação respeitosa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Hilton Coelho.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Só esclarecendo aos dois líderes, vejam bem. Na sessão ordinária, nós tivemos o Grande Expediente, V. Ex.^{as} acordaram e votamos dois projetos em primeiro turno. Agora voltamos para os horários partidários, se não houver mais oradores, nós vamos encerrar esta sessão e convocar a sessão extraordinária. Correto?

O Sr. Rosenberg Pinto: Ordem do Dia, votam-se os projetos e depois vamos para a outra sessão.

(Alguns deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Então, só lembrando ao Plenário, estamos convocando uma sessão extraordinária para votarmos, em segundo turno, os dois projetos e os requerimentos que estão na Ordem do Dia. Correto, líderes?

Então, dentro de 1 minuto, eu convocarei a sessão extraordinária para votarmos, em segundo turno, os dois projetos que já aprovamos em primeiro turno e os requerimentos.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Binho Galinha, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Ivana Bastos (licenciada), Jurailton Santos, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Neusa Cadore, Penalva (licenciado), Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade e Tiago Correia, (14)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.